



OPINIÃO

Quando dados públicos viram risco privado

Jonsue T. Martins (*)

A economia digital transformou dados pessoais em um dos ativos mais valiosos do nosso tempo — e, ao mesmo tempo, em um dos mais vulneráveis.

Vazamentos deixaram de ser episódios pontuais para se tornarem recorrentes, atingindo empresas privadas, órgãos públicos e milhões de cidadãos. A discussão já não gira em torno da possibilidade de um incidente, mas do momento em que ele ocorrerá e do impacto que será capaz de produzir.

No setor privado, os exemplos se acumulam. Recentemente, o grupo Multiplan, controlador da rede Park-Shopping, confirmou a invasão de seu aplicativo e o vazamento de dados de usuários. Segundo a própria empresa, houve acesso não autorizado a bases cadastrais contendo informações pessoais dos clientes e, em alguns casos, os quatro últimos dígitos do cartão e a data de validade. Ainda que não se trate do número completo do cartão, esse conjunto de dados é suficiente para facilitar golpes, fraudes e práticas de engenharia social, produzindo danos concretos e duradouros. O episódio deixa claro que o risco não é teórico.

Se uma corporação bilionária, com estrutura tecnológica robusta e foco permanente em eficiência e lucro, falha na proteção de dados de consumidores, o alerta se impõe. E ele se torna ainda mais grave quando o debate é deslocado do ambiente privado para o setor público. A diferença entre um shopping center e o Estado é profunda e não pode ser ignorada.

No ambiente privado, quando há vazamento de informações financeiras, o consumidor cancela cartões, troca senhas e, em regra, o banco estorna valores indevidos. Há transtornos e prejuízos, mas o problema costuma ser limitado ao campo financeiro e, em alguma medida, reversível. No Estado, não existe “estorno” de dados públicos. Uma vez expostas, informações governamentais permanecem vulneráveis de forma permanente, com impactos que ultrapassam o indivíduo e atingem a coletividade.

Estamos falando de riscos que envolvem áreas sensíveis e estratégicas. Na segurança pública, dados de inteligência, endereços de policiais e mapeamentos operacionais podem cair nas mãos de organizações criminosas. Na arrecadação, o comprometimento de informações fiscais afeta diretamente a capacidade do Estado de manter serviços

e pagar salários. Na agricultura, dados estratégicos do agronegócio podem resultar em embargos internacionais e prejuízos diretos ao PIB. Na saúde, prontuários, exames e históricos médicos expostos geram riscos permanentes de discriminação e fraude. Na educação, informações de milhões de estudantes, professores e servidores — inclusive dados sensíveis de crianças e adolescentes — ficam sujeitas a uso indevido.

É por isso que a legislação impõe ao poder público responsabilidades mais rigorosas do que aquelas exigidas do setor privado. À luz das orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a proteção de dados pessoais é um direito fundamental e, no âmbito estatal, está diretamente associada à soberania informacional, à segurança institucional e à preservação do interesse coletivo. A Lei Geral de Proteção de Dados estabelece limites claros à participação da iniciativa privada no tratamento de determinados conjuntos de informações, especialmente aqueles ligados à segurança pública, à defesa do Estado e às atividades de investigação.

Mesmo quando há contratação de operadores privados para funções técnicas ou de apoio, o controle decisório, a titularidade dos sistemas e a governança dos dados devem permanecer sob responsabilidade direta do Estado. Processos de privatização tornam esse cenário ainda mais sensível, pois envolvem migração de sistemas, redefinição de acessos, compartilhamento de bases e mudanças profundas na governança da informação. São momentos reconhecidamente críticos, em que falhas técnicas, erros humanos ou fragilidades contratuais podem abrir brechas difíceis — ou impossíveis — de reparar.

Privatizar a Celepar, nesse contexto, significa tratar o Estado como se fosse um shopping center, submetendo dados estratégicos da sociedade a uma lógica orientada por metas de lucro, e não pela soberania, pela continuidade do serviço público e pela segurança coletiva. O caso Multiplan mostra que o risco não é hipotético. Se uma empresa privada não conseguiu proteger dados cadastrais de consumidores, quem pode garantir a proteção da vida digital de mais de 11 milhões de paranaenses?

Dados públicos são ativos estratégicos de segurança e soberania. Não são mercadoria de prateleira.

(*) Analista de TI e Representante do Comitê de Trabalhadores contra a privatização da Celepar, no Paraná.

OpenAI deve lançar dispositivo físico até o final de 2026

Em declaração feita durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, Chris Lehane, diretor de assuntos globais da OpenAI, confirmou que a empresa apresentará até o final deste ano um dispositivo físico, cuja natureza permanece envolta em mistério.

Vivaldo José Breternitz (*)

A data de lançamento estava prevista para setembro, mas o cronograma agora divulgado representa o cenário “mais provável”; Lehane ponderou: “vamos ver como as coisas avançam”.

Os rumores acerca do assunto continuam a circular: o perfil chinês Smart Pikachu, ativo principalmente em redes sociais como Weibo e X, conhecido por antecipar informações sobre produtos de grandes fabricantes, afirmou recentemente que a companhia estaria mirando o nicho atualmente dominado pelos AirPods.

De acordo com essas informações, a fabricante Foxconn estaria desenvolvendo um dispositivo de codinome “Sweetpea”, descrito como um “produto especial de áudio” no âmbito de um projeto chamado “Gumdrop”.

O suposto aparelho teria formato semelhante a fones de ouvido, acompanhado de um pequeno estojo de recarga em formato oval. O “Sweetpea” usaria um chip de 2 nanômetros, similar aos usados em smartphones, garantindo alto poder de processamento. O lançamento poderia ser seguido por outros quatro dispositivos da linha “Gumdrop” até 2028, incluindo um aparelho doméstico e até uma caneta. É oportuno lembrar que todas essas informações ainda não são confirmadas.



vistastudio_CANVA

Até agora, os únicos indícios oficiais da OpenAI sobre seu primeiro hardware vieram de duas fontes curiosas. A primeira foi um infomercial lançado em meados de 2025, estrelado pelo CEO Sam Altman e pelo designer Jony Ive - célebre criador do iPhone, cuja empresa de design se fundiu à OpenAI.

A segunda foi uma entrevista concedida em novembro por Altman e Ive, longa mas pouco reveladora, na qual ambos sugeriram que o produto terá apelo sensorial. Ive acrescentou que busca criar “produtos sofisticados que você quer tocar, sem se intimidar, e usar quase sem pensar”.

A OpenAI está vendendo expectativa e desejo antes mesmo de mostrar qualquer coisa concreta. Pode ser genial, se o produto corresponder ao hype gerado.

Mas também pode virar um caso clássico de promessa maior que a entrega. Até lá, ficamos com a sensação de que estamos diante de um truque de ilusionismo corporativo: todos olhando para o palco, esperando o mágico tirar o coelho da cartola.

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjnitzz@gmail.com.

Quase metade das indústrias brasileiras já investe em energia renovável

Segundo uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizada com mil executivos de todos os portes e estados, 48% das empresas afirmaram investir, em 2024, em ações ou projetos de uso de energia hídrica, eólica, solar, biomassa ou hidrogênio de baixo carbono — um salto relevante em relação aos 34% registrados em 2023. Entre as indústrias que adotaram fontes renováveis, a autoprodução foi a principal estratégia (42%), motivada sobretudo pela redução de custos, citada por 50% das empresas. A Neodent, líder brasileira em implantes dentários, celebra o Dia Internacional da Energia Limpa (26 de janeiro) com resultados concretos que a posicionam como referência industrial no uso de fontes renováveis.

Desde 2019, a empresa opera com 100% de energia limpa no Mercado Livre de Energia e, a partir de um sistema fotovoltaico instalado em uma de suas fábricas, na Cidade Industrial de Curitiba, já gerou aproximadamente 700 MWh em 2024 e 2025. Considerando uma média anual de geração de 350 MWh, esse volume seria suficiente para abastecer cerca de 150 residências por ano, reforçando o impacto positivo da iniciativa também do ponto de vista social.

A transição energética é um pilar estruturante da estratégia ESG da Neodent e conecta eficiência operacional, inovação industrial, responsabilidade ambiental e governança. A adoção de energia limpa contribui diretamente para a redução das emissões de gases de efeito estufa e reforça o alinhamento da companhia à meta global de ser Net Zero até 2040. Além disso, a iniciativa exerce efeito multiplicador ao influenciar positivamente fornecedores e parceiros, promovendo uma cadeia produtiva mais sustentável e resiliente.



Divulgado Neodent

Na planta industrial, foram instalados 2,2 mil metros quadrados de painéis solares, com capacidade de geração de 440 MWh por ano. Em operação desde 2023, a energia produzida é injetada na rede da Copel — principal empresa de energia elétrica do Paraná. O projeto integra uma estratégia mais ampla de eficiência energética e previsibilidade de custos, fortalecida pela atuação da Neodent no Mercado Livre de Energia, envolvendo aquisição de energia limpa exclusivamente de fontes renováveis, como PCHs, biomassa, eólica e solar e compra de certificados que garantem a rastreabilidade de que a energia consumida foi gerada por fontes renováveis.

“A sustentabilidade, para nós, não é um projeto pontual, mas um direcionador de de-

cisões. Ao integrar energia limpa à operação, conseguimos ganhar eficiência, reduzir riscos e preparar a empresa para um cenário industrial cada vez mais exigente em termos ambientais e regulatórios”, reforça a Diretora de Sustentabilidade da Neodent, Raphaela Borba.

O estudo da CNI também aponta que a energia renovável ganha espaço como vetor de descarbonização. Em 2024, 25% das indústrias passaram a priorizar o uso dessas fontes para reduzir emissões de GEE, além do crescimento da inovação tecnológica como estratégia climática, que avançou de 14% para 20% no período. Nesse contexto, a experiência da Neodent antecipa tendências e demonstra como a transição energética pode gerar ganhos ambientais e econômicos de forma simultânea.

O compromisso da companhia com a agenda climática já foi reconhecido pelo Selo Clima Paraná, registro público estadual de emissões de gases de efeito estufa previsto na Política Estadual de Mudanças Climáticas. A Neodent participou voluntariamente do programa entre 2022 e 2025, na categoria Grandes Indústrias / Mercado Externo, reforçando a transparência, o monitoramento das emissões e a adoção de medidas de mitigação.

Para a Neodent, a indústria odontológica tem papel relevante na transição energética global. Embora não seja tradicionalmente intensiva em carbono, o setor apresenta alto padrão tecnológico e forte capacidade de influência sobre cadeias produtivas internacionais. Ao investir em energia limpa e inovação, a companhia consolida sua visão de longo prazo, fortalece a competitividade e contribui para acelerar a descarbonização da indústria brasileira.



News @ TI

Entre as empresas mais admiradas do mundo

A TD SYNEX (NYSE: SNX) anunciou hoje que foi selecionada entre as “Empresas Mais Admiradas do Mundo em 2026” pela FORTUNE. Este é o quinto ano consecutivo em que a empresa integra a lista, dando continuidade à longa tradição das organizações que a compõem. “Este reconhecimento reflete a dedicação dos nossos 23 mil

colaboradores, que demonstram todos os dias o que significa colocar os parceiros em primeiro lugar”, afirmou Patrick Zammit, CEO da TD SYNEX. “A experiência e o compromisso de cada um deles mantêm a TD SYNEX na vanguarda de um setor em rápida evolução e fortalecem relações de confiança que impulsionam o sucesso que compartilhamos com nossos parceiros” (https://lac.tdsynex.com.br/pt-br/).

ricardosouza@netjen.com.br